

A Universidade de Brasília e a inclusão do aluno com necessidades educativas especiais

Inclusion of special need students at the Universidade de Brasília

*Amaralina Miranda de Souza **

*Daniele Lessa Soares ***

*Glaura Borges Morais Gasparino Evangelista ****

Resumo

Apresentam-se a história de mobilização e o constante compromisso da UnB, Universidade de Brasília, em conjunto com outras instituições e a sociedade civil, de proporcionar às pessoas portadoras de necessidades especiais a sua perfeita integração, demonstrando o respeito à igualdade de oportunidades e idealizando a formação de cidadãos plenos. Inicia-se com um histórico da mobilização interna para definir uma política de ensino especial para a UnB, uma instituição federal, contextualizada na realidade do Distrito Federal. Posteriormente, relata-se a institucionalização de ações, por meio do Programa de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais da UnB – PPNE, a sua estruturação por meio de grupos de trabalho e suas diretrizes. Mostram-se dados estatísticos e o perfil simplificado dos estudantes portadores de necessidades educativas especiais já entrevistados.

Palavras-chave: Portadores de necessidades educativas especiais. Inclusão. Integração. Igualdade de oportunidade. Formação de cidadãos.

Abstract

The present paper recaptures the history and constant commitment of the Universidade de Brasília (UnB), in addition to other institutions and society as a whole, to provide individuals with special needs a means to increase their integration with society, to respect equal opportunities and to teach individual to become citizens. Initially, a brief history of the internal attempts to establish special education policies at the UnB, a federal institute with national scope, will be discussed within the context and reality of the Federal District. Secondly, we will report on the structure, guidelines, and actions taken to institutionalize these policies. The latter was achieved through implementation of the Special Needs Students Assistance Program of UnB – PPNE, while the former employed Work Groups. Statistical data will be presented, in addition to a simplified profile of the students with special needs which have already been interviewed.

Keywords: Special needs students. Inclusion. Integration. Equal opportunities. Citizenship formation. **Résumé** (*vide* p. 126)

* Mestre em Educação Especial. Psicóloga. Doutoranda em Educação da Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), Espanha. Coordenadora da área de Educação Especial, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília (UnB). E-mail: amara@unb.br

** Aluna do curso de Comunicação/Jornalismo da UnB. E-mail: daniele.soares@radiobras.gov.br

*** Assistente Social da Diretoria de Desenvolvimento Social da Universidade de Brasília. Coordenadora do PPNE/UnB. Email: ppne@unb.br

Introdução

O ensino superior brasileiro, na área da educação especial, e especificamente na formação de pessoas portadoras de necessidades especiais, recebeu maior atenção governamental a partir de 1989, com a Lei n. 7.853. Em 1999, essa lei foi regulamentada pelo Decreto n. 3.298 (BRASIL. Ministério da Justiça, 1999).

Por meio das recentes legislações, observa-se uma maior agilidade para a implantação de medidas referentes ao ensino superior. Até então, poucas instituições asseguravam os direitos básicos de acesso e permanência no terceiro grau. O decreto que implantou a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, pelo Ministério da Justiça, n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, art. 27, parágrafos 1º e 2º, normatiza que:

...as instituições de nível superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. As disposições deste artigo aplicam-se, também, ao sistema geral do processo seletivo para ingresso nos cursos universitários de instituições de ensino superior. O Ministério da Educação, no âmbito da sua competência, expedirá instruções para que os programas de educação superior incluam nos seus currículos conteúdos, itens ou disciplinas relacionadas à pessoa portadora de deficiência (BRASIL. Ministério da Justiça, 1999).

No mesmo ano, a Portaria do Ministério da Educação n. 1.679 dispôs sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir processos de autorização e reconhecimento de cursos e também para credenciamento de instituições. No art. 1º determina-se que:

...sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de sua autorização e reconhecimento e para fins de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como, para sua renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais (BRASIL. Ministério da Educação, 1999).

O estabelecimento de uma legislação específica de regulamentação de direitos dos portadores de necessidades especiais proporcionou tão somente a garantia legal para que fosse instituído um tratamento diferenciado na medida de suas deficiências. A transformação efetiva da realidade é a segunda etapa, mais demorada e difícil, pois demanda uma estrutura física, tecnológica e de recursos humanos nem sempre disponíveis para o estudante universitário.

A UnB frente aos portadores de necessidades especiais: avanços e desafios

A questão das pessoas portadoras de necessidades especiais sempre envolveu a Universidade de Brasília. Antes mesmo de 1981, Ano Internacional da Pessoa Deficiente, a comunidade universitária preocupou-se em responder efetivamente aos anseios das pessoas no que concerne ao ingresso, acesso e uso dos espaços e instalações acadêmicas.

Com a aprovação do Decreto n. 91.872, de 4 de novembro de 1985, do MEC, observou-se um maior interesse na implantação de medidas com vistas a conscientizar setores públicos e privados da sociedade no estabelecimento de igualdade de oportunidades, e sobretudo “...da obrigação de assumir suas parcelas de responsabilidade na integração das pessoas portadoras de deficiência, de problemas de conduta e superdotadas” (BRASIL, Ministério da Educação, 1985).

Nessa época, a UnB começou a oferecer serviços compatíveis com os anseios e necessidades da sociedade e da comunidade universitária. No biênio 1987 e 1988, o Sistema de Orientação ao Universitário – SOU, do Decanato de Graduação da UnB – DEG, empreendeu ações para despertar a universidade para a questão das condições de alunos portadores de deficiência, bem como encontrar alternativas de soluções para as dificuldades por eles vivenciadas. A Resolução DEG 04/88 criou comissão com o objetivo de apresentar sugestões que possibilitassem resolver os problemas dos alunos deficientes, na UnB. Essa comissão elaborou um documento preliminar apresentando proposta de implantação de um programa, vinculado ao SOU, para atendimento aos alunos, funcionários e professores em foco. Deveria desenvolver iniciativas pioneiras e ações específicas que permitissem propiciar condições favoráveis à qualificação e participação dessas pessoas na comunidade. Essa comissão concluiu que as tentativas do SOU/DEG em mobilizar a comunidade universitária não tiveram resultados práticos concretos, pois todas as iniciativas na área de educação especial foram de pouco impacto e sem conseqüências concretas no sentido de modificação de uma determinada realidade, considerada inadequada e injusta.

Em 16 de dezembro de 1990, foi criada outra comissão–Resolução DEG/ Centro de Acompanhamento e Desenvolvimento Educacional-CADE n. 017/90, encarregada de, em 60 dias, definir um Projeto “Ensino Especial” para a UnB. No relatório apresentado ficou clara a distinção das atribuições das duas comissões: enquanto que a comissão de 1988 deveria apenas apresentar sugestões para a solução de problemas relativos a alunos deficientes, a de 1990 definiria um Projeto de Ensino Especial. Reconheceu-se esta como uma área específica e

que, portanto, exigia um tratamento mais amplo. Não se tratava simplesmente de oferecer sugestões isoladas, mas de se definir uma política de ensino especial para a Universidade de Brasília. Sem dúvida alguma, essa nova perspectiva colocou as possíveis soluções existentes em um novo contexto, inclusive relacionando-o com a realidade, tanto no nível do Distrito Federal quanto no nível nacional. A comissão adotou a concepção de ensino especial a partir dos princípios da normalização e integração do aluno ao sistema regular de ensino, e a modificação da denominação de “aluno portador de deficiência” para “aluno portador de necessidades especiais”. Não considerou como melhor alternativa para o ensino desses alunos o atendimento segregacionista, nem o indivíduo foi visto pelo lado de sua incapacidade ou limitação, porém conforme suas potencialidades e competência para desenvolver-se.

O Projeto Educação Especial visualizou a questão do ensino especial em dois níveis. Um deles refere-se ao ingresso e às condições de permanência do aluno portador de necessidades especiais na Universidade de Brasília, e o outro nível diz respeito à formação de professores para atendimento de alunos com deficiência visual, auditiva e física, superdotados, deficiência mental e múltiplas. O objetivo básico deste projeto foi propor à Administração Central da UnB mecanismos de atuação da universidade em relação aos vários tipos de necessidades especiais. Ele identificou situações problemas para cada área, ofereceu alternativas como soluções e propôs concretamente a viabilização da área da Educação Especial no âmbito da UnB. A comissão de 1990 concluiu que o Projeto Ensino Especial deveria ser institucionalizado e assumido pelo CADE. Era prevista gradativa integração de cada área da UnB, e foi sugerida a nomeação de um coordenador do Projeto, que em 30 dias deveria apresentar um plano de ação. Previu-se, também, a apresentação de proposta de resolução que regulamentasse o ingresso e a permanência de alunos com necessidades especiais na UnB.

Em 1994, foi elaborado por equipe da Faculdade de Educação (FE) da UnB o Relatório de Avaliação sobre a Infra-Estrutura de Apoio para Deficientes Físicos Existente no Campus da UnB. A equipe ressaltou o fato de que as instalações para deficientes eram, em sua maioria, direcionadas para a classe dos paraplégicos e tetraplégicos e, portanto, não havia nenhuma preocupação para com os deficientes visuais. No relatório consta um levantamento das necessidades de adaptações físicas necessárias às edificações do Instituto Central de Ciências (ICC), Biblioteca Central da UnB (BCE), Departamento de Biblioteconomia, Reitoria, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados (FA), Centro Olímpico (CO), Alojamento Estudantil (Blocos A e B), Faculdade de Ciências

da Saúde (FS), Núcleo de Medicina Tropical, Multiuso I e II, Faculdade de Educação (Blocos FE-01, FE-03, FE-05), Programa Infante Juvenil (PIJ), Laboratórios de Equipamentos Leves (Engenharia Mecânica e Elétrica), Sismologia, Laboratório de Motores da Engenharia Mecânica e Faculdade de Tecnologia.

Em 9 de dezembro de 1994, foi assinado o Convênio n. 96/94/CORDE/MBES entre a Fundação Universidade de Brasília e a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) do Ministério do Bem-Estar Social (MBES). Este teve o objetivo de financiar a remoção de barreiras arquitetônicas no Campus da UnB, através da instalação de quatro rampas internas e externas e adaptações de 12 sanitários, conforme plano de trabalho aprovado.

A Resolução do DEG n. 002/94, de 27 de outubro de 1994, constituiu a Comissão de Estudos sobre a Questão do Portador de Necessidades Especiais na UnB, para fazer levantamento de informações e desenvolver as análises, reflexões, planejamentos, propostas e ações adequadas ao encaminhamento da questão, e apresentar relatório de seus trabalhos até 30 de março de 1995. Nos assuntos pertinentes, a Comissão deveria procurar uma atuação integrada com o Projeto UnB – Verde do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC). Sob a presidência de representante da FE, o grupo foi integrado por profissionais pertencentes ao DEG (através do CADE) ao DAC (através do Projeto UnB – Verde e da Diretoria de Desenvolvimento Social-DDS), à FE, à Prefeitura do *Campus* (PRC), à Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), à Câmara Legislativa do Distrito Federal e por representantes do corpo discente de graduação da Universidade.

Em 23 de Dezembro de 1994, essa comissão apresentou à CORDE/MBES o Projeto de Implantação do Departamento de Ensino Especial na Faculdade de Educação e do Centro de Apoio e Acompanhamento Acadêmico ao Portador de Necessidades Especiais da UnB. O Projeto pretendia consolidar a oferta da Habilitação Magistério, na área de deficiência mental, e fortalecer a vertente da pós-graduação (*lato sensu*) na mesma área, como também possibilitar a abertura de cursos de formação de profissionais em outras áreas da Educação Especial, como a deficiência auditiva. Outro objetivo era estruturar o CADE, criando um serviço de apoio específico através do qual todos os setores envolvidos com o portador de necessidades educativas especiais na UnB, pudessem desenvolver ações efetivas de forma integrada. Para consolidar o projeto, em 28 de dezembro de 1994, foi assinado o Convênio n. 120/94/CORDE/MBES, com o objetivo de implantar o Departamento de Educação Especial, conforme plano de trabalho aprovado.

Em 26 de dezembro de 1994, o reitor da UnB recebeu correspondência da Secretaria de Educação Especial do MEC, que solicitou informações sobre a instalação de comissões examinadoras especiais para auxiliar e aperfeiçoar processos e instrumentos de seleção para o ingresso dos portadores de necessidades especiais no terceiro grau.

A Comissão de 1994, através de relatório apresentado ao DEG em 30/03/95, propôs ações a serem realizadas a curto, médio e longo prazos, objetivando minimizar as dificuldades vivenciadas pelos PNEs na universidade, em cumprimento à legislação vigente.

Simultaneamente aos encontros semanais de trabalho da comissão, desenvolveram-se algumas ações que se caracterizaram como oportunas e necessárias ao trabalho e à elaboração das propostas. A Comissão concluiu em seu relatório que a celebração dos convênios possibilitou aos portadores de necessidades especiais da UnB a obtenção dos seus direitos não apenas naquela administração. Propôs a criação de situações definitivas para a realização do concurso vestibular, com concorrência justa, condições iguais de tratamento e de forma diferenciada, respeitadas as limitações dos portadores de necessidades especiais (físicas, motoras, auditivas e visuais). Concluiu também que o tratamento diferenciado deveria ocorrer durante a permanência do aluno na universidade para a realização de seus cursos. Mesmo tendo entregue o relatório, algumas ações foram desenvolvidas pelos representantes da FE, do SOU e da DDS, tais como a realização, no período de 27 a 29 de setembro de 1995, do I Encontro Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior sobre a questão dos portadores de necessidades especiais – diversidade na universidade e implantação, em 1999, do Laboratório de Atendimento aos Deficientes Visuais (LDV) na FE. Portanto, a execução dos planos de trabalho dos dois convênios foi realizada durante os anos seguintes.

Em outubro de 1998, a DDS apresentou a proposta de gerenciamento de atenção aos PNEs na UnB pelo Decanato de Assuntos Comunitários. Em julho de 1999, essa diretoria modificou a proposta denominada Projeto de Criação do Grupo Gestor do Programa de Atenção aos PNEs na UnB. O projeto foi apresentado à administração superior da universidade, aprovado e diretamente vinculado à vice-reitoria. Então, em 22 de outubro de 1999, através do Ato da Reitoria n. 1.068/99 foi criado o Programa de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais da UnB (PPNE) que foi implantado na universidade por um grupo de trabalho composto de representantes do Centro de Seleção e Promoção de Eventos (CESPE), DAC, DEG, FE, PRC e do Subprograma PNE – universitário. A reitoria institucionalizou o Programa, seguindo as recomendações da Política

Nacional de Integração dos PNEs, as diretrizes das Nações Unidas, do Governo Federal, do Ministério da Justiça e do Ministério da Educação. Com o PPNE, a universidade antecipou a Portaria do MEC n. 1.679, de 2 de dezembro de 1999, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições, e o Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.

PPNE – Programa de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais da UnB

A Universidade de Brasília, sendo uma instituição federal de ensino superior localizada na capital da República, desempenha um papel importante na promoção e desenvolvimento de conhecimentos científicos e sócio-políticos. Por meio do PPNE, projeta-se na busca de excelência e procura servir como modelo para outras instituições.

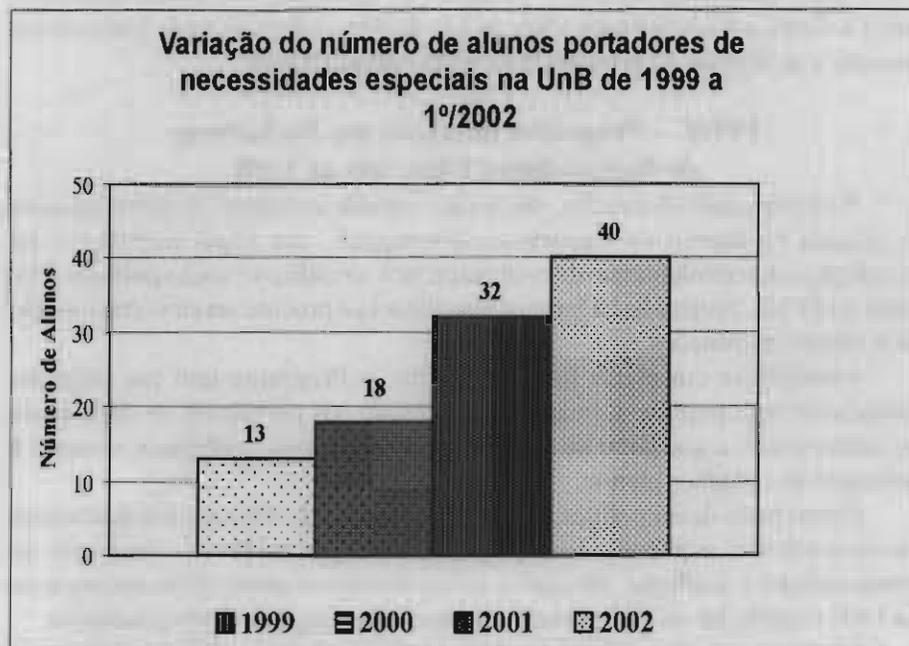
Atualmente em pleno funcionamento, o Programa tem por objetivo estabelecer uma política permanente de atenção aos portadores de deficiência na universidade e assegurar sua plena integração à vida acadêmica, visando à formação de cidadãos plenos.

Como parte dessa política, trabalha no sentido de oferecer aos portadores de necessidades especiais, sem privilégios ou paternalismo, igualdade de oportunidades e condições adequadas ao seu desenvolvimento já no seu ingresso na UnB (vestibular ou PAS), como durante a graduação e a pós-graduação.

Como forma de garantir o pleno exercício de seus direitos básicos, a universidade vem atuando em projetos de eliminação de barreiras arquitetônicas no *campus*, oferecendo apoio acadêmico e tecnológico, formando profissionais especializados na área de educação especial, promovendo a integração e a participação da comunidade interna e externa, bem como estabelecendo parcerias com instituições e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento de atividades e projetos.

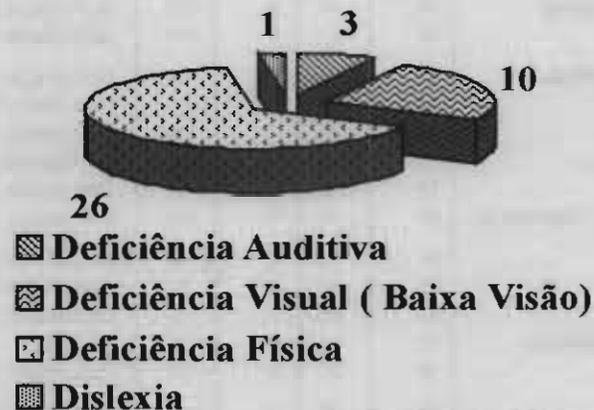
O público alvo do PPNE tem a especificidade de ser portador de necessidades especiais eventual ou permanente. Nesse universo, encontramos candidatos ao vestibular, PAS e concursos realizados pelo CESPE, alunos de graduação ou pós-graduação, funcionários da área técnica administrativa e professores.

Conforme gráfico em seguida, em novembro de 1999 – época da implantação do programa – estavam identificados 13 alunos portadores de deficiência. Em 2000 e 2001, foram cadastrados 18 e 32 alunos, respectivamente. Esses dados triplicaram até a metade de 2002, havendo um acréscimo de 142% de alunos PNEs, em três anos e seis meses.



De acordo com o gráfico a seguir, a universidade, até a metade de 2002, identificou 40 alunos portadores de deficiência, categorizados em: 03 Deficientes Auditivos, 10 Deficientes Visuais (Baixa Visão), 26 Deficientes Físicos e 01 Dislexo.

Variação do número de alunos PNEs por categoria de necessidades especiais no 1º/2002



A tabela que se segue apresenta os dados dos alunos divididos por curso, sexo e tipo de necessidade especial. Os 40 alunos PNEs estão matriculados em 21 cursos de graduação e pós-graduação na UnB, sendo que 65% são do sexo masculino e 35% são do sexo feminino. Os cursos de Ciências Contábeis e Pedagogia destacam-se com o maior número de alunos PNEs, com um total de cinco alunos em cada. Em Ciências Contábeis, temos estudantes com deficiência auditiva, física e visual. Na Pedagogia, deficientes físicos e visuais. Ressaltamos a presença de um aluno portador de necessidade educativa especial, por dislexia.

Traçando resumidamente o perfil dos atuais discentes PNEs identificados, podemos retratar que 15 deles são considerados do Grupo I, ou seja, de baixa renda, e um do Grupo II (semi-carente), conforme estudos socioeconômicos realizados pela Diretoria de Desenvolvimento Social da UnB.

Não solicitaram benefícios, ou não foram considerados de baixa renda 19 PNEs integrantes do Programa. Ressaltamos que 13 alunos frequentaram o ensino fundamental em escola pública e sete em pública e particular.

Quanto ao local de moradia desses estudantes, dois deles residem na região do entorno do Distrito Federal, em Santo Antônio Descoberto e Valparaíso. Dezenove moram no Plano Piloto (Lago Sul e Norte, Asas Sul e Norte e no *campus*, na Casa do Estudante Universitário e moradia da pós-graduação) e 15 alunos residem nas cidades satélites de Brasília. Quinze alunos utilizam como meio de transporte de suas residências para a universidade o ônibus coletivo; quatro possuem veículo próprio dirigido pelo aluno; nove chegam à universidade em veículo próprio dirigido por outro familiar; dois alunos utilizam a carona e um se desloca a pé. A locomoção desses alunos internamente ao *campus* universitário é feita com cadeira de rodas por oito alunos, a pé por 20 estudantes, sendo que um deles somente com um colega como guia.

Vinte e dois PNEs, o que significa mais da metade, não estão inseridos no mercado de trabalho com vínculo empregatício, e, portanto, dependem economicamente da família.

Conforme as peculiaridades de cada aluno PNE e suas limitações físicas e sensoriais, eles utilizam em sua rotina acadêmica recursos instrucionais, como material pedagógico e equipamentos; recursos humanos e adequações dos recursos físicos. Destacam-se abaixo os tipos de recursos que os estudantes estão utilizando em suas atividades acadêmicas e o respectivo número de alunos PNEs correspondentes:

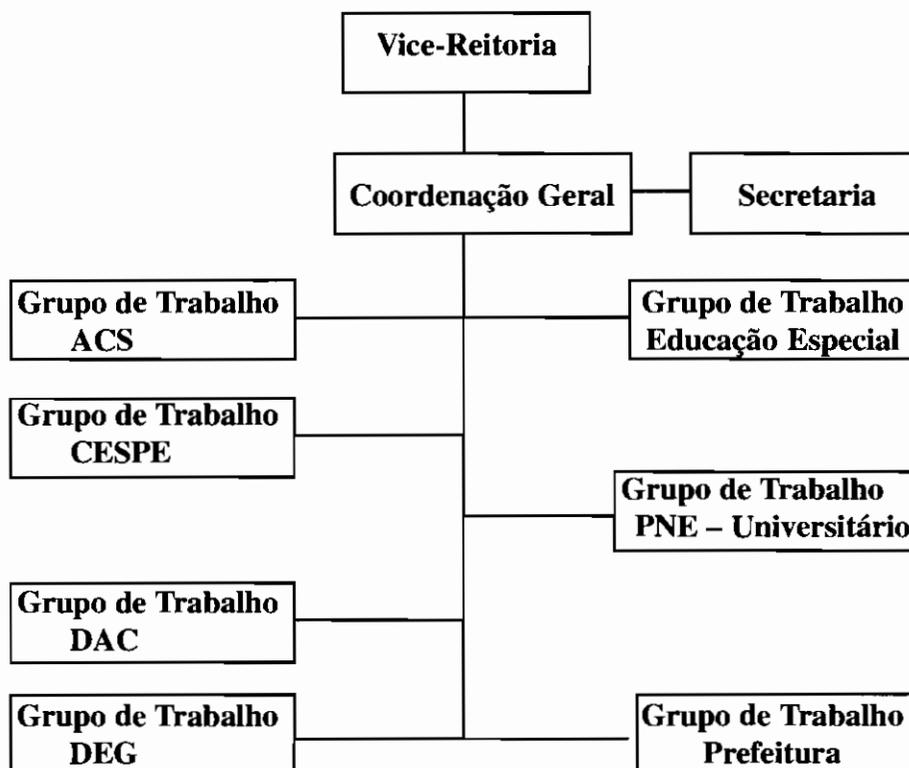
- ampliação de texto – 4
- provas ampliadas – 2
- ampliação do tempo de prova – 2
- *software* Virtual Vision – 1
- *software* Via Voice e DOS-VOX – 3
- falador – 1
- professor falar alto – 1
- ajuda de colegas que copiam do quadro – 2
- lupa – 1
- computador – 5
- leitura labial – 2
- sala em andar térreo – 1
- adaptação de mobiliário – 2

Quanto às barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação que os estudantes PNEs enfrentam na UnB, ressaltam-se as seguintes:

- placas e sinalização com letras pequenas;
- grandes distâncias a serem percorridas entre as salas de aulas e espaços comunitários tais como restaurante universitário, bancos, livraria e biblioteca;
- baixa luminosidade do *campus* à noite e em alguns prédios durante o dia;
- oferta de disciplinas em laboratórios localizados no subsolo das edificações;
- rigidez da grade horária;
- calçadas danificadas, pisos derrapantes e falta de rampas e rebaixamento de calçadas;
- dicção difícil de alguns professores e posição indevida em relação aos alunos (de costas) com dificuldade de audição;
- falta de guarda-corpo ou corrimãos inadequados;
- aulas em anfiteatros inacessíveis a cadeira de rodas e com acústica prejudicada;
- ausência de sinalizações com pisos diferenciados e faixas coloridas para deficientes visuais;
- falta de elevadores nos prédios;
- pequeno número de banheiros adaptados.

O Programa de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais foi idealizado com estrutura multidisciplinar e vem desenvolvendo suas ações de forma conjunta com sete Grupos de Trabalho, chamados de GTs, compostos por pedagogos, psicólogo, arquitetos, assistente social, jornalista, docentes e estudantes portadores de deficiência, conforme organograma a seguir:

**Programa de Apoio ao Portador
de Necessidades Especiais da UnB – PPNE**



A forma de gestão implantada pelo PPNE é participativa entre os três segmentos da comunidade universitária – alunos, professores e funcionários. A coordenação do Programa é exercida pelo período de dois anos sob o regime de rodízio, com eleição entre os coordenadores dos Grupos de Trabalho.

O Programa vem desenvolvendo, nos últimos três anos, um plano de ação elaborado pelos Grupos de Trabalho. Com a ação conjunta dos técnicos e alunos participantes, elaboraram-se os objetivos e projetos cuja execução será detalhada a seguir:

Grupo de Trabalho Centro de Seleção e Promoção de Eventos

Proporciona atendimento especial aos PNEs, desde a inscrição no Programa de Avaliação Seriada (PAS), vestibular ou concursos públicos, passando pela realização das provas com assessoria em sala especial até o resultado dos concursos. Não apenas PNEs podem requisitar atendimento especial, mas também gestantes, lactantes, pacientes em pós-operatório ou com eventual problema clínico, inclusive hospitalizados.

Em conjunto com a equipe acadêmica do Cespe, o PPNE elaborou “Instruções para Chefes, Ledores e Fiscais de Salas Especiais para atendimento ao Deficiente Auditivo, Deficiente Visual e Deficiente Físico”.

Com o objetivo de aperfeiçoar o bom atendimento que hoje já é realizado, constantemente é solicitada assessoria do Programa junto ao Cespe quanto a modificações administrativas e adaptações pedagógicas, tais como: elaboração de fichas de inscrição de vestibulares e concursos que detalhem o tipo de atendimento especial a ser solicitado, e adequações de provas para deficientes visuais. O PPNE mantém cadastramento de chefes e fiscais para trabalharem na sala especial, bem como convoca os mesmos em todos os eventos com atendimento especial realizados pelo Cespe.

A capacitação de recursos humanos para melhor atender às necessidades especiais é realizada periodicamente com programas de treinamento para chefes de sala e fiscais que trabalham nas salas especiais.

O Cespe vem acumulando experiências em atendimento especial há muitos anos, proporcionando igualdade de condições aos candidatos com necessidades especiais. A consequência dessa estrutura é o aumento cada vez maior do número de alunos PNEs que acessam o terceiro grau.

Grupo de Trabalho Decanato de Assuntos Comunitários

O GT DAC desenvolve a socialização por meio de uma política de integração do PNE na vida acadêmica. Esse grupo de trabalho faz o acompanhamento sócio-acadêmico com estudantes, funcionários e professores PNEs, motivando-os a participar efetivamente de atividades de convivência: esportes, lazer, arte e cultura. Desenvolve trabalho de apoio aos estudantes com os programas assistenciais da UnB, como moradia estudantil, bolsa alimentação, bolsa permanência, trabalhos eventuais, transporte, reprodução e aquisição de material didático. Ao realizar entrevistas com os PNEs cadastrados no programa, o Grupo de Trabalho procura obter o perfil dos portadores de deficiência da UnB, já detalhado anteriormente.

A fim de viabilizar a acessibilidade e melhorar a qualidade de vida acadêmica, o GT DAC faz o acompanhamento e orientação aos PNEs calouros no período de registro e na matrícula. Da mesma forma, todos os alunos são acompanhados no

início dos semestres letivos, no que concerne à alocação de salas de aula com acessibilidade, horários compatíveis sem grandes deslocamentos e/ou com aulas intercaladas. Providencia também a adaptação de mobiliário para alunos deficientes físicos e a disponibilidade de banheiros adaptados para os mesmos.

Promove campanhas educativas, de divulgação e de integração dos alunos na universidade, ao participar e promover palestras, seminários e concursos relacionados ao portador de deficiência, objetivando dar mais informações sobre as necessidades educacionais que apresentam para obterem o apoio adequado na realização de seus cursos.

Grupo de Trabalho Educação Especial

Proporciona um suporte acadêmico e tecnológico para os PNEs da UnB. O trabalho acadêmico consiste em assessorar os professores da UnB com alunos PNEs, oferecer cursos de treinamento e especialização em educação especial, tais como Braille e LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), incentivar o desenvolvimento de pesquisas nas áreas de conhecimento afetas à educação especial e apoiar o atendimento a alunos com altas habilidades. No âmbito tecnológico, atua coordenando o Laboratório de Atendimento ao Deficiente Visual, o qual está aparelhado mais especificamente para o atendimento de pessoas cegas e com visão subnormal (elaboração e organização de textos em Braille, ampliação e DOS-VOX). O laboratório atende à comunidade interna e desenvolve ações em parceria com a Secretaria de Educação do D.F., outras instituições governamentais e não governamentais e com a comunidade em geral. Produz *folders*, cartilhas educativas e guias de material didático em Braille sobre as questões que envolvem os PNEs dentro da UnB, atendendo também a instituições externas. Mantém alunos bolsistas com e sem necessidades educativas especiais, buscando oportunizar um maior aprofundamento na sua formação acadêmica, ao mesmo tempo em que atuam como apoio técnico oferecido aos alunos com necessidades educacionais especiais e aos professores da área de Educação Especial da Faculdade de Educação.

A capacitação de estudantes e pessoas da comunidade externa à universidade é função fundamental da UnB, e vem sendo viabilizada pela área de Educação Especial da Faculdade de Educação por meio de cursos de extensão nas diversas áreas, podendo-se destacar: Oficina de Palhaço e Técnicas de Animação; Intervenção Pedagógica em Ambiente Hospitalar; palestras “Grandes Temas em Educação Especial”; Deficiente Mental – Aspectos Relativos ao Atendimento Educacional Especializado; Deficiência Visual – Curso de Pré-Mobilidade, Curso de Transcrição em Braille, e outros. Os cursos mantêm atualizados os bolsistas do laboratório e demais pessoas, que funcionam como multiplicadores dos conhecimentos.

Grupo de Trabalho Decanato de Graduação

O Grupo de Trabalho DEG organiza o banco de dados acerca dos PNEs na comunidade universitária, por meio de um senso periódico. Após conhecer quem são os portadores de necessidades especiais, é feita uma orientação acadêmica junto aos alunos e departamentos, a fim de assessorá-los. O GT DEG também identifica e encaminha aos professores/coordenadores de cursos as necessidades de adaptação curricular para os alunos PNEs. Participa da identificação dos estudantes PNEs e presta orientação acadêmica no período da matrícula em disciplinas e no decorrer do semestre, bem como apóia e orienta os professores de alunos portadores de deficiência, quanto à necessidade de adaptações físicas e acadêmicas.

O Grupo de Trabalho tem avançado suas ações no que concerne à normatização interna dos direitos dos alunos PNEs e quanto aos procedimentos acadêmicos, tais como: trancamento justificado, extensões do tempo de permanência na universidade, exercício domiciliar, adaptação de provas e material didático.

Grupo de Trabalho Portadores de Necessidades Especiais – Universitário

Esse Grupo de Trabalho tem caráter reivindicatório e participativo, na medida em que é composto pelos PNEs da comunidade universitária (alunos, professores e funcionários). Apresenta-se como um grupo essencial dentro do programa, pois seus membros colocam suas aspirações dentro da universidade, a fim de que suas necessidades sejam sanadas, por meio de uma co-gestão nos projetos do Programa.

Durante os últimos três anos, em todas as atividades desenvolvidas pelo PPNE houve a participação dos alunos PNEs. Podemos destacar a promoção de reuniões, no início de cada semestre, para apresentação do programa e integração dos calouros ao grupo de alunos e coordenadores dos GTs. Os alunos também participam da elaboração de material para atualização do site do PPNE no portal da UnB.

O GT PNE – Universitário promove campanhas educativas e a divulgação do PPNE nas aulas inaugurais de início de semestres, tendo atingido um público bastante expressivo e conquistado novos integrantes ao Programa. Participa de reuniões, palestras, seminários, ajudando na elaboração de ações em conjunto com os outros GTs, como o projeto de elevador do Instituto Central de Ciências e da Logomarca do PPNE. Promove reunião entre a administração superior e os alunos PNEs para tomada de decisões e definição de prioridades de ações e projetos. Diante da inviabilidade financeira de execução de projetos que temos hoje, decidiu-se buscar patrocínio junto a organismos internacionais, empresas da iniciativa privada e o Governo do Distrito Federal.

Podemos destacar uma das ações de grande significado, para as escolas de Ensino Superior de Brasília e a coletividade: a promoção em 2001, juntamente com a coordenação do PPNE e a Biblioteca Demonstrativa de Brasília, do encontro: “Bibliotecas do DF – Acessibilidade dos Portadores de Deficiência”. O objetivo foi articular, junto aos diretores/coordenadores de bibliotecas do DF e demais instituições afins, a promoção do cumprimento da legislação existente no que se refere ao atendimento de usuários portadores de deficiência. Especificamente, discutiu-se a colocação de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas e de lugares ideais para pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhantes. Foi sugerida a elaboração de plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Esse evento contou com a participação de bibliotecas públicas e privadas de Brasília, como também de representante do Ministério da Cultura, da Educação, CORDE/Ministério da Justiça, CORDE/DF, Secretaria de Cultura do DF, Secretaria de Educação do DF, Promotoria de Defesa dos Direitos dos Portadores de Deficiência e CONADE. Teve como pauta a apresentação e discussão da legislação pertinente, as barreiras arquitetônicas a serem eliminadas, o acervo específico para os deficientes visuais, a viabilização de intercâmbio interbibliotecas, a cooperação técnica e financeira da União e GDF e a promoção de campanhas educativas e de voluntariado para atendimento dos usuários portadores de deficiência. Considerando que nesse primeiro encontro não se esgotou a pauta, a UnB promoverá a continuidade dos debates.

Grupo de Trabalho Prefeitura do *Campus*

O Grupo de Trabalho da Prefeitura do *Campus* planeja e executa os projetos urbanos no âmbito do *campus* universitário, com os objetivos de garantir aos usuários portadores de necessidades especiais condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma. Procura garantir, assim, a democratização do espaço físico da UnB e a igualdade de condições de aprendizagem e desempenho acadêmico, a partir do livre acesso a todos os espaços do conjunto arquitetônico da universidade. As providências no que diz respeito à acessibilidade englobam medidas como: elevadores, vagas nos estacionamentos, sinais sonoros nas travessias de pedestres, rampas, banheiros adaptados, moradia adaptada e sinalização. Os projetos arquitetônicos a serem implementados no *campus* demonstram a constante preocupação da UnB com as condições de acesso dos PNEs ao local, bem como a intenção de equacionar tecnicamente o problema das barreiras arquitetônicas que impedem o livre acesso a esse espaço urbano.

Embora a Universidade de Brasília apresente uma estrutura física de arquitetura moderna e arrojada, possui alguns edifícios que não favorecem o acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais a todos os seus pavimentos: subsolo, térreo e primeiro andar. O acesso a tais pavimentos se dá por escadas e por meio de rampas que não obedecem às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A adaptação do *campus* tem sido um desafio para os arquitetos responsáveis.

Podemos exemplificar com o edifício de maior destaque no conjunto arquitetônico da Universidade de Brasília, o Instituto Central de Ciências (ICC), mais conhecido como “Minhocão”, que foi projetado por Oscar Niemeyer. Foi um dos primeiros edifícios construídos na UnB. Tem 700 metros de extensão, dois blocos no mezanino e térreo e três blocos no subsolo. Abriga institutos, departamentos, salas de aula, anfiteatros, laboratórios e unidades administrativas, e é freqüentado diariamente por uma média de 20 mil pessoas, entre alunos, professores, servidores e público externo à universidade. Construído há mais de 30 anos, apresenta barreiras arquitetônicas às pessoas com dificuldade de locomoção. Aos alunos com limitação no aparelho locomotor, é impossibilitada a circulação entre o subsolo e o térreo, ficando restritos ao uso de um deles. Nos anfiteatros, têm de ser carregados com cadeira de rodas, e para ir ao mezanino têm de pedir a outra pessoa para empurrar sua cadeira na rampa, que é muito íngreme. Além disso, muitas vezes têm de percorrer longas distâncias, o que lhes causa enorme desgaste, em virtude da limitação física ou sensorial, do uso de próteses, andadores, bengalas e aparelhos ortopédicos. Fatos como esses comprometem o desenvolvimento acadêmico de muitos alunos portadores de deficiência, limitando sua livre integração à vida universitária.

A intervenção com disponibilização de elevadores, rampas e guarda-corpos beneficiará, diretamente, os portadores de deficiência da comunidade interna da universidade e, indiretamente, toda a comunidade da Brasília que habitualmente visita a UnB.

A ABNT apresenta orientação valiosa no sentido de que as normas de adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente tem por objetivo propiciar melhores e mais adequadas condições de acesso aos edifícios de uso público e o exercício pleno e digno de suas potencialidades e funções básicas. Reafirmamos que as medidas tomadas nesse sentido não são exclusivas. Elas não beneficiam apenas as pessoas com necessidades especiais, mas contribuem para a qualidade de vida da população em geral. Quando degraus são substituídos por rampas ou elevadores, os idosos, as mulheres grávidas, as pessoas com dificuldade de locomoção temporária (engessadas ou machucadas), os carrinhos de bebê, todos terão maior acesso à participação social. A universidade pública brasileira encontra-

se, nesse momento, com recursos financeiros limitados para a execução de projetos que envolvam equipamentos e maquinários. O Programa de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais tem assumido, então, o compromisso de, diante dessa demanda na área de acessibilidade, buscar soluções alternativas que possibilitem atendê-la com presteza.

Conforme diagnóstico executado pelos arquitetos da prefeitura do *campus* de todo o complexo arquitetônico e paisagístico da UnB, para que a mesma tenha as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes, necessita de um orçamento de grande monta. A administração superior da universidade tem um cronograma dessas obras que paulatinamente vem sendo executado.

Em abril de 2002, o Programa promoveu o I Seminário sobre Acessibilidade como Fator de Inclusão: Avanços e Desafios do Portador de Necessidades Especiais na UnB, com o objetivo de discutir sobre a acessibilidade e a inclusão do aluno portador de necessidades educativas especiais na UnB. Buscou-se a união de esforços para o alcance dos objetivos quanto à eliminação de barreiras arquitetônicas no *campus*, bem como o desenvolvimento de ações concretas para situar a UnB, enquanto organização universitária, como modelo de inclusão social, acadêmica e física.

As atividades desenvolvidas e os projetos arquitetônicos, elaborados pela arquiteta responsável do PPNE, e encaminhados para a administração da UnB para execução, do final de 1999 até agora, são os seguintes:

- levantamento de itens a serem trabalhados na remoção de barreiras arquitetônicas no *campus* da UnB;
- levantamento fotográfico parcial das situações que ocorrem no *campus*;
- reforma de sanitários e adaptação para uso de portadores de deficiência ambulatoria;
- projeto e confecção de mesa para microscópio especial para aluna com deficiência ambulatoria;
- colocação de bancada provisória especial em laboratório fotográfico no subsolo do ICC;
- projeto de rampa na entrada leste da Faculdade de Saúde;
- projeto de rampa com estrutura metálica para subsolo do ICC;
- projeto de rampa de alvenaria para subsolo do ICC;
- projeto de rebaixamento de ligações entre os blocos térreos do ICC;
- projeto para confecção de rampa de madeira para vencer o desnível no mezanino, nas entradas norte e sul do ICC;
- projeto para aberturas de portas, no subsolo do ICC, para acesso aos auditórios, pelo deficiente ambulatorio;

- estudo de viabilização do uso das extremidades da calçada na rua interna do ICC como entrada alternativa;
- estudo de viabilidade do uso de plataformas inclinadas como alternativa às escadas no bloco A do ICC;
- planta de localização dos sanitários adaptados;
- estudo de caminho de pedestres ligando o ICC ao Pavilhão Anísio Teixeira;
- estudo de caminhos de ligação de prédios do *campus* mais utilizados;
- estudo para melhor acesso ao deficiente ambulatório na Biblioteca Central;
- projeto para colocação de vaga especial e rampa de acesso à barbearia e sapataria;
- confecção de slides para apresentação dos estudos da Prefeitura para discussão em seminário.

Grupo de Trabalho Assessoria de Comunicação Social

Divulga e apóia a divulgação das ações do Programa nos meios de comunicação internos e externos à universidade.

Conclusões

A Universidade de Brasília, na operacionalização de suas metas e funções, tem levado em conta a vasta diversidade das características individuais de sua comunidade universitária. Almeja-se a adequação das necessidades de aprendizagem, possibilitando a equalização no acesso e buscando o equilíbrio de oportunidades aos estudantes portadores de necessidades especiais. Trata-se de uma política social não mais compensatória, mas de direito de cidadania.

Visando à acessibilidade sem restrições de todo o *campus* universitário, assegurando o direito à educação superior, proporcionado o exercício pleno da cidadania e garantindo igualdade de condições de aprendizagem e o bom desempenho acadêmico a partir do suporte econômico, acadêmico e tecnológico, o PPNE vem atuando como elo entre as necessidades dos portadores de deficiência que pertencem à comunidade universitária e os meios para sanar tais necessidades.

Assim sendo, a UnB procura ser vanguarda dentre as universidades federais, ao respeitar, em caráter emergencial e prioritário, as normas ditadas pelo poder público no que toca aos direitos dos portadores de necessidades especiais. Tem avançado na busca de superar todos os obstáculos que a impeçam de ser uma universidade que acolhe a todos os alunos e preza pela excelência.

Talvez o fruto mais importante dessa mobilização da universidade seja o começo da mudança de postura ao equiparar oportunidades e ao conscientizar a sociedade da sua capacidade de organização na luta pelo reconhecimento e respeito aos direitos dos portadores de necessidades especiais.

Glossário

Acessibilidade – possibilidade e condições de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das instalações e equipamentos esportivos, das edificações, dos transportes e dos sistemas de comunicação, por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos.

Pessoa portadora de deficiência – é aquela que se enquadra nas categorias:

Deficiência Auditiva – perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis de decibéis(db) na forma seguinte:

de 25 a 40 db – surdez leve;

de 41 a 55 db – surdez moderada;

de 56 a 70 db – surdez acentuada;

de 71 a 90 db – surdez severa;

acima de 91 db – surdez profunda;

anacusia.

Deficiência Física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membros, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Deficiência Visual – acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n. 91.872, de 4 de novembro de 1985, Brasília: MEC.
- BRASIL. Ministério da Educação. Aviso Circular n. 277/MEC/GM, de 8 de maio de 1996, Brasília: MEC.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 1.679, de 2 de dezembro de 1999, Brasília: MEC.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, Brasília: Ministério da Justiça.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. PPNE/UnB – Programa de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais da UnB. Relatório de atividades de 2001.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Relatório da Comissão de estudos sobre a questão do portador de necessidades especiais da UnB, Resolução DEG 002/94 de 27/10/1994, Brasília 30 de março de 1995.

Résumé

L'Universidade de Brasília et l'inclusion de l'étudiant avec des besoins éducationnels spéciaux

Cet article présente le rachat de l'histoire de mobilisation et de l'engagement constant de l'Université de Brasília – UnB, en collaboration avec d'autres institutions et la société civile, pour permettre aux personnes porteuses de besoins spéciaux sa parfaite intégration, démontrant le respect à l'égalité de chances et idéalisant la formation de citoyens au sens plein du terme. En premier lieu, un bref historique sera fait de la mobilisation interne pour définir une politique d'enseignement spécial pour l'UnB, une institution fédérale à l'échelon national, contextualisée dans la réalité du District Fédéral. Postérieurement, on fait un rapport de l'institutionnalisation d'actions, à travers le Programme d'Appui aux Porteurs de Besoins Spéciaux de l'UnB – PPNE, sa structuration par l'intermédiaire de Groupes de Travail et ses directrices. Nous montrerons les données statistiques et le profil simplifié des étudiants porteurs de besoins éducatifs spéciaux déjà interviewés.

Mots clefs : Porteurs de besoins éducationnels spéciaux. Inclusion. Intégration. Égalité de chances. Formation de citoyens.

Recebido: 18.10.2002

Aceito: 16.06.2003